

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XL
Volume II

Portugal na Zona Euro (ZE)

JORGE BRAGA DE MACEDO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2019

Portugal na Zona Euro (ZE)

JORGE BRAGA DE MACEDO

Dedicada à Europa, a sessão da classe de letras de 11 de fevereiro de 2010 incluiu duas outras comunicações: Rui Machete, correspondente da 5.^a seção (direito e ciência política), e Manuel Porto, efetivo da 6.^a (economia e finanças), trataram das relações com a América e Ásia respetivamente. Para outro efetivo da 6.^a sobrou a «conjuntura económica», que foquei na ZE por um lado e, por outro, abordei na perspectiva de uma Europa aberta para o mundo [12] e [14]. A ideia, aliás refletida numa resolução parlamentar sobre a Europa aprovada sem votos contra na Comissão de Assuntos Europeus a quem então presidia, é tratada numa comunicação inédita com o título de «Pertencas múltiplas como fado» [13], que condensava a «transição mais longa», [10] e [15], com os «dilemas da integração europeia», [17] a [24]. Tinha glosado o tema várias vezes, inclusive noutra comunicação dedicada à CPLP [1]. Porque falar da ideia portuguesa da Europa obriga a falar da lusofonia, outro esteio da diferencialidade portuguesa, como explanei longamente em homenagem ao confrade António Dias Farinha, efetivo da 4.^a seção (história e geografia) que então exercia o cargo de Secretário-Geral [3].

Em maio de 2015, pediram-me para, com urgência, reduzir a escrito a comunicação. Assim fiz, apelando tanto para a história do futuro como para a memória do que escrevi, v.g. [12] a [24]. Vou assim evocar a estratégia em curso para abrir a economia portuguesa, inspirando-me numa conferência proferida em 29 de março de 2012 [9], bem como no que se pode chamar a pesada herança da Constituição: [10] e [11]. A ideia portuguesa da Europa é baseada na duração e na situação, merecendo algumas ilustrações que a concretizaram no período de ajustamento que se seguiu, designadamente o Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia (CEIE), criado para desenhar e acompanhar reformas estruturais que nos permitiram restaurar a solvência externa e um crescimento em linha com o nosso potencial. As ilustrações relacionam o argumento com a conclusão, de modo a que tal relacionamento encerre lições para o futuro da Europa no Mundo. Em dezembro de 2018, pediram-me para rever estas provas. Isso fiz, não sem acrescentar uma *Adenda em quatro pontos*.

AMBIGUIDADE INSUSTENTÁVEL

Como detalhado em [3], até à saída da Corte para o Brasil em 1807, a reputação financeira do soberano português estava no topo dos *rankings*. O «fado» aqui é radicar essa reputação na ambiguidade estrutural da nossa ideia, não só da Europa, mas de nós próprios [15]. Assim, o caminho que nos levou à ZE começou por uma medida pública que não era financeira, a revisão constitucional que permitiu reprivatizar, e uma medida financeira que não foi pública: uma declaração do Ministro Miguel Cadilhe ao ECOFIN, em 1989, relativa à estratégia plurianual de consolidação orçamental, como detalhei na sessão da classe de letras de 11 de abril de 2007 [13]. Começou assim uma mudança gradual do regime económico para a estabilidade e a convertibilidade da moeda que, fado pungente, iria exigir uma defesa da reputação financeira entretanto perdida.

Alterando a periodização conhecida de *This Time is different* por Reinhart e Rogoff, para a tornar mais cogente, resulta que Portugal e a Áustria, com 7 bancarrotas desde 1300, ficam em terceiro lugar, depois do Reino Unido e da Holanda. O que é interessante na experiência portuguesa, é que se passa de uma bancarrota em 500 anos (alguns dos quais sem independência política) para a situação oposta entre 1813 e 1890. Enquanto Espanha e França tinham uma bancarrota praticamente por Monarca, no século XIX a França passa para o topo (acompanhando o Reino Unido e o Brasil) ao passo que Portugal e Espanha ficam quase iguais. Foi uma altura em que a pertença europeia chocou com a Atlântica enquanto a liberdade financeira da Coroa passou a ter de coexistir com a liberdade política dos cidadãos. A simultaneidade desses choques iniciou um círculo vicioso em que a ambiguidade de pertenças e liberdades se tornou destrutiva, com a única guerra civil da nossa história. A bancarrota de 1890 deveu-se à crise Baring e suas repercussões na Argentina e no Brasil. Foi a última, mau grado ter levado a mais de cem anos de inconvertibilidade cambial. A nossa posição final ainda é mais notável por termos sido o país da periferia da ZE que mais melhorou a notação de crédito entre 1979 e 2008. Reinhart e Rogoff também apresentam a percentagem de anos em bancarrota ou reestruturação da dívida soberana desde 1800 (ou independência) a 2008: mais de metade na Grécia, quase um quarto em Espanha, 11% em Portugal, 13% na Alemanha e zero em França.

MODELOS SOCIAIS INSUSTENTÁVEIS

A ilustração seguinte tem natureza social. Há uma maneira, muito usada na economia industrial, de encarar a entrada na ZE como uma reforma catalisadora de outras reformas. Isto quer dizer que, se essas outras reformas se não verificarem, então há aqui o «esticão do euro», como eu lhe chamei em 1998. Trata-se da consequência de não serem levados a cabo as reformas que a pertença à ZE, enquanto regime de estabilidade e convertibilidade cambial, permite. Não interessa agora a razão pela qual tais reformas não foram levadas a cabo. O que me interessa fazer aqui é recuperar uma conhecida divisão do chamado Modelo Social Europeu em quatro variantes, devida a André Sapir.

Como se sabe, o modelo social define-se através da combinação entre a eficiência, com a qual se consegue lutar contra o desemprego, lutar contra a pobreza, e a justiça ou equidade. Vejamos o que se passa nas tais quatro variantes que ele identificou relativamente ao *trade-off* entre os dois objectivos, que é como os economistas raciocinam: para se ser um bocadinho mais eficiente é preciso ser um bocadinho menos justo, ou para se ser mais justo às vezes é preciso ser menos eficiente. Há o modelo continental que tem uma baixa eficiência mas uma alta equidade, ajuda-se imenso os que precisam de ajuda. Há um modelo anglo-saxónico que é eficiente mas não é muito equitativo, há ali pessoas pobres a quem se diz para terem paciência. Só que, nos outros dois modelos, não há *trade-off*, o que para um economista é sempre muito complicado aceitar. Há um modelo nórdico que é eficiente e justo, consegue-se arranjar maneira de ajudar os que precisam sem dispêndio excessivo de recursos. E há o modelo mediterrânico, onde Portugal se inclui, que não é nem eficiente, nem justo pelo que a justiça poderia melhorar sem gastar mais recursos, apenas usando os existentes com mais eficiência!

Sapir acrescentou o aumento da percentagem da dívida pública no PIB (mais relevante do que comparar a percentagem média do défice orçamental) entre 2004 e 2010, e tirou a conclusão de que, depois da crise de 2008 ter levado a políticas orçamentais expansionistas, três modelos se tinham tornado insustentáveis. De facto, os mediterrânicos em termos de nível, estão mal por causa do crescimento insuficiente da produtividade mas foram os anglo-saxónicos que mais aumentaram a dívida pública. Portanto, os anglo-saxónicos não conseguiram

sustentar o seu modelo social. Comparando, por exemplo, a Irlanda e a Finlândia, só mesmo os nórdicos é que interiorizaram as implicações do modelo social para a sustentabilidade dentro da ZE.

Ora, em modelos sociais insustentáveis, há pouco espaço para a produtividade e para o crescimento. O crescimento português entre 1961 e 2013 revela crescimento acima da média dos 15 países da União Europeia antes do alargamento a Leste. O declínio do crescimento começou depois de 1995, seguiu-se a chamada década perdida e uma divergência pronunciada a partir de 2010. O produto do trabalhador é de longe mais baixo em Portugal do que nos outros três países ditos mediterrânicos. Igualmente interessante é a evolução verificada na década — a tal década perdida — em que esta é má nos quatro países. Pés-sima na Grécia, com menos 2%, estagnada em Portugal e depois nos outros um decréscimo não tão pronunciado como o da Grécia, com cerca de meio ponto. A média é quase um ponto percentual negativo mas depois, o relatório do Banco Mundial (*Golden Growth: Restoring the Lustre of the European Economic Model*, 2012, dirigido por Indermit Gill) usa a expectativa de aumento da produtividade baseada na diferença entre os novos países da convergência que são os do leste e os países do centro e norte. O padrão da divergência resulta da comparação entre a média e a expectativa do aumento do produto por trabalhador, visto que, partindo do nível verificado no início do período, se o sul se comportasse como o leste haveria um aumento de 4% e não um decréscimo de quase 1%.

Era contudo possível ter esperança na indústria exportadora, desde que se abrisse a economia. Orsetta Causa e Daniel Cohen, em *The ladder of competitiveness: How to climb it*, OCDE Development Centre Studies, 2006 refletem a situação anterior à criação da ZE. Quando os economistas encontram uma variável agregada que não conta tudo, vão à procura de uma variável que seja significativa e aí, evidentemente, é a indústria. Existe na UNIDO uma base de dados mais precisa, e o setor tem a vantagem de produzir bens transacionáveis, mais relevantes para prever o investimento e a competitividade. Os cálculos da produtividade total dos fatores levados a cabo no Centro de Desenvolvimento da OCDE mostram a produtividade industrial de Portugal está em 30.º lugar, muito abaixo da Espanha, da Grécia e mesmo da Turquia, porque está mal colocado no capital humano, físico e residual. Porém, em infraestruturas e acordos de comércio externo, ou seja de

potencial exportador, Portugal está colocado em 15.º lugar, a 88% dos países mais ricos, quando a Espanha está a 102%. Portanto, há uma esperança do ponto de vista da indústria, em termos da localização física e institucional.

ARGUMENTO METANACIONAL, ILUSÃO REGIONAL E TRÊS PONTOS TÉCNICOS (REFORMAS, DÉFICES E SALÁRIOS)

Do Relatório *Internacionalização e Desenvolvimento*, publicado pela Presidência do Conselho de Ministros em setembro de 2011, consta a audição de 18 de agosto, mencionada na p. 22, (vem no DVD anexo), na qual José Fernando Santos, professor de prática em Cambridge depois de longos anos no INSEAD, que desenvolveu o conceito da empresa metanacional, convenceu a todos que as pessoas metanacionais podem viver num país mas percebem outro país e podem lá construir uma empresa. Ele dá o exemplo do vinho do Porto como empresa metanacional antiga e da *via verde* como empresa metanacional atual. Promover o metanacionalismo é um aspeto que está também na base do programa Contacto, que o antigo ICEP inaugurou e continua aí a existir. Portanto, esta é uma característica que Portugal pode adquirir, já a tem, mas se calhar negligenciou ao longo dos últimos anos.

Depois do argumento vem a ilusão, com base num problema técnico, que foi a balança de pagamentos no interior da ZE. O meu saudoso mestre Pentti Kouri criticava o que ele chamava de monetarismo popular por ignorar o mercado cambial como a interação decisiva dos mercados de bens e serviços e dos mercados financeiros [16]. Para nós, a ilusão do ajustamento da balança de pagamentos sem mercado cambial pode evocar-se contrapondo Massachusetts e Mississipi. Numa conferência do Banco de Portugal no palácio de Seteais, logo antes da primeira Presidência portuguesa, quase o equivalente, aqui, do ECOFIN, Paul Krugman apresentou «Lições do Massachusetts para a União Monetária» explicando que era preciso solidariedade federal, para atenuar os problemas de uma recessão estadual, como tinha havia no Mass. Assim contrariou a ideia de Robert Mundell, segundo o qual, numa zona monetária ótima, o ajustamento se faz pela mobilidade dos factores trabalho e capital. Em contraponto, está a lição de comparar Portugal com o Mississipi, como fez o atual Vice-Governador do Banco

Central Europeu ao tomar posse do cargo de Governador do Banco de Portugal, argumentando que o défice corrente do Miss não preocupa ninguém, como não preocupou os governos portugueses no virar do século.

Através da conta corrente, como se sabe, o país excedentário acumula riqueza relativamente ao país deficitário. Kouri acrescenta que a desvalorização nominal ou real do câmbio determina a velocidade do ajustamento. A ZE é aberta por isso. O ajustamento dos pagamentos internos e externos são efetuados através de transferências de riqueza entre países membros da ZE e entre esta e o resto do mundo. Uma apreciação real da ordem dos 20 a 30% (medida pelos preços por grosso na Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Irlanda relativamente à Alemanha) exige decréscimos significativos dos salários relativos. Como se sabe, tais decréscimos são difíceis e demorados.

Antes de passar à tal novidade, três pontos de natureza mais técnica. Primeiro: a questão das reformas, é essencial que elas não sejam avulsas, claro que o pior é não haver reforma nenhuma, como aconteceu durante muito tempo, talvez 15 anos. Mas, depois, fazer reformas atabalhoadas ou avulsas também é mau e, por isso, é que há toda uma literatura que fala da complementaridade das reformas, tentando torná-las mais aceitáveis, porque têm o chamado «*momentum*» da reforma [4]. A qualidade da política é tanto mais importante quanto existe uma dívida externa, pública e privada, como é o nosso caso. Na verdade, temos um problema orçamental sério, que a mudança de regime não resolveu [9]. Ainda assim, o problema maior foi o défice externo. Défices da ordem dos 10% ao ano, durante 10 anos, não permitem depois pagar a dívida, e é esse o problema que muita gente vê, e pergunta como é que vamos dar a volta? Portanto é um problema de défice externo.

Em 2006, no apogeu de uma certa forma portuguesa de estar no mundo, Olivier Blanchard (tal como Krugman, sócio correspondente estrangeiro proposto pela 6.^a seção) sugeriu cortar os salários nominais numa conferência no Banco de Portugal moderada por Victor Gaspar. Não houve perguntas nem respostas mas, nessa mesma noite, foi lembrado a Blanchard que isso já tinha sido feito em 1983. O diagnóstico de Blanchard para o «difícil caso de Portugal» já toda a gente sabe de cor e salteado: produtividade estagnada, crescimento lento, défice orçamental grande, défice externo muito grande!

Ora bem, cinco anos depois, em junho de 2011, este diagnóstico foi aceite por uma coligação alargada para a mudança, indiciada pela circunstância de

deputados eleitos em listas de partidos que assinaram o Memorando de Entendimento chegaram a quase 90% do total. Em 2012 já havia quem dissesse que a reviravolta externa (quatro pontos percentuais do PIB entre 2010 e 2011) era mais sólida do que em 1983, apesar de não haver um ajustamento cambial. A queda dos salários na função pública também foi muito significativa, não se sabendo bem quanto disso se alargou à indústria e ao resto da economia, mas a economia portuguesa ajustou-se.

E as consequências do ajustamento novo que estamos a atravessar dependem da complementaridade de reformas estruturais tais como mercado de trabalho, arrendamento, falência, lei da concorrência, reforço dos poderes de supervisão do Banco de Portugal, criação do Conselho das Finanças Públicas, privatizações transparentes e rentáveis, avaliação das parcerias público-privadas, mapa judiciário, reestruturação das empresas públicas, recrutamento dos dirigentes da Função Pública e um novo enquadramento para os institutos públicos. Este é um catálogo de reformas deveras impressionante.

O CEIE E A LÓGICA DE ABERTURA SUSTENTADA: SITUAÇÃO E DURAÇÃO

O CEIE, presidido pelo Primeiro-ministro, reuniu dez vezes desde 24 de fevereiro de 2012, e tem doze membros: o Vice-primeiro-ministro, os Ministros de Estado das Finanças e dos Negócios Estrangeiros, os Ministros da Economia, da Agricultura e do Ambiente, além da CIP — Confederação Empresarial de Portugal, as Confederações de Turismo, Agricultura e Comércio, a Associação Empresarial de Portugal (antiga Associação Industrial Portuguesa) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP). Entre reuniões, um grupo de representantes pessoais trabalha afanosamente para que as decisões sejam preparadas e depois executadas, tendo-se realizado 47 reuniões até à data em que me pediram para rever o texto, vai para quatro anos.

Outra inovação (que fascina os jornalistas) é que a comunicação das atividades foi dada exclusivamente ao Presidente, que é o Primeiro-ministro. A ideia é que essa comunicação mostre uma visão positiva e verdadeira dos portugueses. Cá está: a ideia portuguesa da Europa implica também uma ideia positiva e verdadeira

dos Portugueses na Europa e no mundo. Assim, o *spin* de outro tempo, não muito recuado, implica agora um trabalho profissional, para investidor entender. As pessoas, os sofridos contribuintes nacionais, entendem que é preciso mudar para uma narrativa que seja perceptível lá fora. Por isso se acrescenta aqui o aspeto dos meta-nacionais, a nível de sucessos empresariais, científicos e culturais.

O CEIE dá pois uma lógica de abertura sustentada, a nível de bens, dos serviços, dos ativos, investimento direto de empresas portuguesas no exterior, e vice-versa, a muitas medidas que são internas. Portanto, é realmente para abrir. E depois, através dos representantes pessoais, que é uma figura europeia que é bem conhecida, há de facto a ideia de uma concretização rápida, ou seja uma responsabilização dos quatro Ministérios envolvidos e um «*buy in*», como se costuma dizer, uma aceitação por parte das seis confederações e associações empresariais. Deve-se aproveitar o ajustamento conjuntural para acelerar as reformas estruturais, a bem da economia, mas também da sociedade. Aquela ideia de democratizar e aumentar a transparência, aumentar a credibilidade de que o fardo do ajustamento é equitativamente distribuído é tanto mais importante quando é certo que o modelo mediterrânico é ineficiente e injusto. Ou seja, ao torná-lo mais eficiente nós podemos também torná-lo mais justo (mais nórdico, sem estereótipos geográficos).

Tinha aqui mais três lições que vêm no Relatório *Internacionalização e Desenvolvimento*. Primeiro, para evitar pensar que a internacionalização é para os países ricos, e a ajuda ao desenvolvimento para os países pobres, e não têm nada a ver uns com os outros, basta pensar que, como lembrei logo no início, os portugueses aliam duas pertenças: a Europeia e Atlântica — que podemos chamar Lusófona. Esta inclui não só os países membros da CPLP, mas também comunidades das grandes nações chamadas «BRICS», como é o caso de Macau e de Goa, que são aliás bem diferentes entre si, não se tendo ainda conseguido adaptar os mecanismos de apreciação pelos pares comuns entre países da OCDE [6].

Segundo, a diversidade é talvez o principal capital da CPLP e como vos dirá qualquer sociólogo, a diversidade mete medo a não ser que se fomente o «conhecimento mútuo» [4]. Assim, no DVD anexo ao Relatório já citado, que também está no Portal do Governo, fizeram-se comparações entre as melhores práticas, encontraram-se documentados casos como a Irlanda ou como a Suécia, dentro da ZE e da União Europeia e casos externos como a Colômbia.

Terceiro, um aspeto, muitas vezes esquecido, que obriga a relativizar a novidade que vos trouxe. É que as coisas demoram imenso tempo, por mais que se tente e termino com um caso em que se tentou e outro em que não se tentou. O caso que se tentou teve a ver com a paridade diplomática perdida com o domínio filipino: foram precisos mais de cem anos de esforço diplomático constante para não sermos considerados uma província, como a Morávia, chefiada por um Duque ou Arquiduque. Conseguiu-se numa breve papal de 1748. Outro caso que demorou cem anos foi a convertibilidade cambial. A estabilidade, essa, foi assegurada durante quase o tempo todo, mas, entre 1891 e 1992, não houve falências mas também não houve convertibilidade. Julgo que foi o medo de, num regime bastante fechado, dar à população o direito à moeda livre. Era visto como um risco excessivo mas só o poderia ser em termos de raciocínio político porque os emigrantes, importantíssimos naquela altura, tinham acesso à moeda externa. O medo seria então de que «os ricos» tirassem o dinheiro de cá!

Estes dois exemplos mostram que as nações são situadas, ou seja a geografia é a nossa grande força, o caso da competitividade industrial através das infraestruturas e acordos comerciais está aí para o demonstrar. Os exemplos mostram também que as nações se definem sobretudo pela duração. A primeira revolta autonómica portuguesa teve lugar em 1071, portanto, estamos quase nos 1000 anos, e tentativas de cem anos não devem surpreender. Que a duração é mais importante do que a escala é um raciocínio habitual nos economistas, relativamente a outros cientistas sociais. Se a área geográfica é menos relevante do que a situação e a duração, pode dizer-se para simplificar: pertenças múltiplas + metanacionais = competitividade.

Adenda em quatro pontos. 1. Receber as primeiras provas de uma comunicação quase 9 anos depois de a proferir e quase 4 depois de a rever não me impediu de fazer correções de português aqui e ali. Porém, é dever de consciência acrescentar algumas reflexões. Desde logo, listei 24 trabalhos antecedentes em ordem inversa da cronológica, começando pela comunicação sobre a CPLP, destinada às *Memórias da Classe de Letras 2009*. 2. Julgando-me impedido de acrescentar referências posteriores com o mesmo critério, para não ter de as renumerar, menciono a apresentação aos graduados da *Goizueta Business School* da Universidade de Emory em Atlanta, Georgia quando visitaram a Nova SBE em 2 de Março de 2016 com o mesmo título desta comunicação e um longo subtítulo (*7 health*

warning & confidence building points to avoid death on the beach) que atualiza uma outra, apresentada na conferência “Can the Eurozone Be Saved?” na *LBJ School of Public Affairs* da Universidade do Texas em Austin, em 5 de Novembro de 2013. Além de atualizar a narrativa, enriquecem-na. 3. Depois, refiro o *Center for International Governance Innovation* (CIGI), *think-tank* de Waterloo, Ontário ao qual estou associado. Tem promovido inovações da governação internacional, como a transformação das reuniões financeiras do G20 em cimeiras que alargaram as que os dirigentes dos “sete países mais ricos” realizaram durante mais de 40 anos. Menciono um trabalho disponível desde Junho 2017 em <https://www.cigionline.org/publications/reform-complementarity-and-policy-coordination-europe-view-portugal>. Aí se identifica a perspetiva de um “país fundador de tamanho intermédio apostado em ser um ‘bom aluno’ da integração regional, tendo em conta que, a despeito da saída limpa do programa de ajustamento em 2014 e do ‘bom sentimento’ que prevalece acerca do governo minoritário instalado desde finais de 2015, as perspetivas económicas permanecem mais incertas do que seriam se as reformas estruturais tivessem sido sustentadas”. 4. Um ano e meio depois, este diagnóstico parece optimista: o preço da contradição entre um governo pró-europeu e um apoio parlamentar anti-europeu aumenta à medida que se aproxima o fim da legislatura. Ainda assim, Portugal está tão firme na ZE como a Espanha e muito mais do que a Grécia e mesmo a Itália, cujas taxas de obrigações públicas duplicaram relativamente a Dezembro de 2017 em vez de estarem iguais.

(COMUNICAÇÃO APRESENTADA À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 11 DE FEVEREIRO DE 2010)

OUTROS TRABALHOS DO AUTOR

1. Sobre a lusofonia global, comunicação à Academia das Ciências de Lisboa, *Memórias da Classe de Letras 2009* no prelo.
2. Globalização e Governação: uma perspetiva portuguesa, in *D’aquem, d’além e d’ultramar Livro de Homenagem a António Dias Farinha*, organizado por Francisco Contente Domingues e José da Silva Horta, 2015, pp. 93-134.
3. Conhecimento mútuo e lusofonia global, *Capital Magazine*, Maputo, dezembro 2014.
4. Are complementary reforms a «luxury» in developing countries? (com Joaquim Oliveira Martins e Bruno Rocha), *Journal of Comparative Economics*, 2014, vol. 42, pp 417-435.

5. A estratégia de Portugal para a economia aberta, *As Conferências da FEP-UP com os Ministros das Finanças desde o 25 de Abril de 1974 fevereiro-maio 2012 Assumir a responsabilidade pelo passado-projetar o futuro*, Porto: Fronteira do Caos Editores, 2013, pp. 69-81.
6. Global crisis and national policy responses: together alone? separata de *Ética, Crise e Sociedade*, coordenação de Michel Renaud e Gonçalo Marcelo, V.N. Famalicão, Húmus, 2011, pp. 91-159.
7. A mudança do regime cambial português: Um balanço 15 anos depois de Maastricht, in *Vinte anos de integração europeia (1986-2006) — o testemunho português*, organizado por Nicolau Andersen Leitão, 2007, Lisboa: Edições Cosmos, pp. 91-137.
8. Multiple allegiances as fate, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Novembro de 1995, disponível em <http://www.jbmacedo/papers/fate.html>.
9. «External Liberalization under Ambiguous Public Response: The Experience of Portugal», in *Unity with Diversity in the European Economy. The Community's Southern Frontier*, organizado com Christopher Bliss, Cambridge: Cambridge University Press, 1990, pp. 310-354.
10. Le Portugal et l'Europe: La Transition la Plus Longue, in *L'Europe d'Aujourd'hui*, organizado por Albert d'Haenens, Bruxelas, Artis-Historia, 1989, pp. 123-135 (tradução do original inglês, Portugal and Europe: the longest transition in *Erkenntnis und Entscheidung die Weltproblematike in Wissenschaft und Praxis*, Europaisches Forum Alpbach 1987, Vienna: Austrian College e CEPR Discussion Paper n.º 163, Março 1987).
11. A Constituição como Bloqueio da Sociedade Portuguesa in *Portugal — O Sistema Político e Constitucional 1974-1987*, organizado por M. Baptista Coelho, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1989, pp. 801-812.
12. Uma Reforma Fiscal para 1992: Imposto Linear Único sobre o Rendimento (com Vítor Gaspar), in *Nova Economia em Portugal, Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, organizado com Alfredo de Sousa *et al.*, Faculdade de Economia, UNL, 1989.
13. Competitiveness under Liberalization cum Stabilization Packages (LCSP): The Experience of Portugal 1977-1985 (com Cristina Corado), in *Nova Economia em Portugal, Estudos em Homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*, organizado com Alfredo de Sousa *et al.*, Faculdade de Economia, UNL, 1989.
14. *Custos Certos, Benefícios Incertos: Políticas Públicas Portuguesas na CEE*, organizador, Lisboa, Associação Portuguesa de Relações Internacionais, Abril 1986.
15. Integração Europeia: Fim do Princípio ou Princípio do Fim?, *Factos e Ideias*, CERI, Universidade do Minho II n.º 3, 1986 (versão mais curta da publicada em *Economia*, IX (3), Outubro 1985).
16. Portugal na Europa é como a Europa no Mundo, Comentário a Pentti Kouri, «A Europa na Economia Mundial» in *Política Económica na Comunidade Europeia Alargada*, organizado por Paulo de Pitta e Cunha, Lisboa: Intereuropa, 1984.
17. Portugal and Europe: The Dilemmas of Integration, in *Portugal in Development: Emigration, Industrialization and the European Community*, edited by Thomas Bruneau, Victor da Rosa e Alex MacLeod, Ottawa: University of Ottawa Press, 1984.

18. Portugal, Spain and the World Economy: Challenge and Response? (com Manuel Sebastião), *Assuntos Europeus*, (3), Outubro 1984, pp. 141-154.
19. Portugal e a Comunidade Europeia: Transição Socialista para o Livre-Câmbio?, *Indústria em Revista*, Março 1984.
20. A Ilógica do Sistema Constitucional Português, in Centro de Estudos Fiscais, *Estudos*, vol. I, Comemoração do XX aniversário, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 213-237.
21. Portugal and Europe: The Channels of Structural Interdependence, in *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives*, organizado com Simon Serfaty, Boulder, Colorado: Westview Press, 1981.
22. Dilemas da Integração Europeia, *Nação e Defesa*, 18, Abril-Junho, 1981, pp. 69-104.
23. Portugal e a Europa: Deslizar ou Flutuar?, in Intereuropa and Trade Policy Research Center, *Portugal e o Alargamento das Comunidades Europeias*, Lisboa, 1981, pp. 171-200.
24. The Economic Consequences of the April 25th Revolution (com Paul Krugman), *Economia*, III (3), Outubro 1979, pp. 435-483 (*Economic Growth Center Paper* 299).